

PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES NO PAA: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO EM ÁREA PERIURBANA DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, PA

Yohane Figueira Honda*
Sérgio Castro Gomes**
Eugênia Rosa Cabral***

RESUMO: A agricultura familiar nos últimos anos tem se destacado na criação de várias políticas públicas voltadas a essa categoria social. Neste artigo, destacamos o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, gerido pelo governo federal e que passou a adquirir produtos diretamente dos agricultores familiares. O presente estudo tem como objetivos identificar e analisar as estratégias de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar presente na comunidade do Curuçambá, em Ananindeua-PA. A metodologia realizada foi por meio de um levantamento documental de registros pelos órgãos que operacionalizam o programa e entrevistas com os gestores municipais e representantes de cooperativas. Os resultados demonstram que, apesar do aumento de agricultores beneficiados, o PAA ainda apresenta dificuldades e limitações da distribuição do recurso e falta de ajuda técnica fora do período da safra dos produtos regionais, o que resulta, em grande medida, do processo de gestão do programa no âmbito da administração pública municipal e estadual e da falta de organização dos produtores rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Políticas públicas; Programa de aquisição de alimentos.

PARTICIPATION OF PRODUCERS FAMILIES IN PAA: PRODUCTION AND COMMERCIALIZATION STRATEGIES AROUND ANANINDEUA, BRAZIL

ABSTRACT: Family agriculture has recently been underscored in several public policies which focus on this social category. The Food Acquisition Program, funded

* Mestrando em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/UFPA), Brasil; E-mail: yohane009@hotmail.com

** Docente titular do Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado e Doutorado) da Universidade da Amazônia (UNAMA), Brasil.

*** Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP/ UFPA) Universidade Federal do Pará., Brasil.

by the Brazilian government, acquires agricultural products directly from farmers. Current analysis identifies and analyzes production and commercialization strategies in family agriculture in the community of Curuçambá in Ananindeua PA Brazil. A survey was undertaken from the registers of the organs that undertook the program and from interviews with municipal and cooperative managers. Results reveal that, although there was an increase in the number of farmers in the program, FAP still demonstrated difficulties and limitations in the distribution of resources and lack of technical help outside the harvest period of regional products. This is mainly due to management within municipal and state administration and lack of organization by farmers.

KEY WORDS: Family agriculture; Public policies; Food Acquisition Program.

INTRODUÇÃO

O contexto atual da política agrícola brasileira caracteriza-se pelo recente reconhecimento e fortalecimento das representações da agricultura familiar no âmbito socioeconômico e ambiental. No entanto tal categoria social enfrenta dificuldades, seja na produção ou na inclusão no mercado local ou no regional.

As dificuldades da produção da agricultura familiar estão, fortemente, caracterizadas pelos riscos ambientais e climáticos, seja nas épocas de grandes secas ou nas incertezas quanto à incidência de pragas. No acesso ao mercado, a dificuldade está na elevada instabilidade dos preços recebidos pelos produtos, em função da concorrência ferrenha dos grandes produtores no espaço agrícola brasileiro.

Nesse sentido, torna-se necessária a proposição de políticas públicas que, efetivamente, contribuam para inserir o produtor familiar que se encontra à margem dos mercados como forma de amenizar as vulnerabilidades dessa população no que diz respeito ao acesso à escola, saúde, renda, habitação, transporte e que inibem o desenvolvimento intelectual dos indivíduos e a possibilidade de contribuir com o desenvolvimento econômico e social, como na visão de Sen (2000), além da diminuição da pobreza rural e o êxodo rural e diminuição da evasão populacional dos municípios periféricos com melhoria da qualidade de vida desses agricultores (POSTALI; CHIES, 2012).

Diante desse impasse, emergem as políticas públicas no fim na década de 1990, direcionadas à agricultura familiar, a principal delas é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo o fortalecimento dos agricultores familiares, por meio de apoio técnico e financeiro para melhorar a capacidade da produção agrícola no âmbito familiar, na geração de emprego e renda, visto que essa categoria social envolve grande número de pessoas para a realização das atividades.

No bojo do Pronaf, outros programas sociais secundários também foram implementados de maneira garantir a inclusão socioeconômica das famílias rurais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado no ano de 2003, visa dar apoio aos agricultores familiares no momento mais crítico do processo produtivo, que é a comercialização (VALNIER; RICCI, 2013). Nesse programa, as transações de compra e venda de produtos ao PAA levam à formação de um mercado seletivo, também denominado de mercado institucional ou governamental, em que os produtores comercializam seus excedentes de produção via associações, sindicatos e cooperativas, ou de forma individual.

Nesse sistema de comercialização da produção local os agricultores são estimulados a expandir a produção, aumentando a escala produtiva, melhores práticas de cultivo, redução do uso de insumos químicos, adoção de ações de cooperação e reciprocidade como forma de induzir a formação de capital social das comunidades e levar à formação de um ambiente de produção que resulta na geração de emprego e renda a partir de práticas sustentáveis ou de atividades produtivas de baixa produção de carbono que ajudam a elevar a camada de ozônio da atmosfera.

O problema de pesquisa delimitou-se em responder como a produção da agricultura familiar, direcionada ao PAA, estabelece suas estratégias de produção e comercialização em uma área periurbana.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi adotado como recorte espacial de estudo o município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (RMB), tomando-se como referência, em termos de organizações dos agricultores familiares, a Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará-Pará (COPG), que representou a referência pioneira protagonista do PAA no município, segundo informações obtidas por meio de pesquisa exploratória com o técnico da Secretaria Municipal

de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (Semcat), que opera o programa no município.

Os objetivos do artigo são identificar e analisar as estratégias de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar presente na comunidade do Curuçambá, em Ananindeua-PA.

O artigo está organizado em três seções além da introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta as políticas públicas como fortalecimento da agricultura familiar, promovendo e incluindo no sistema produtivo e inserção nos mercados. Na segunda seção discutiram-se o histórico e perspectivas do PAA, explorando-se os conteúdos do programa no Norte do país em específico no Estado do Pará. Por fim a terceira e última seção destaca os benefícios e as dificuldades do PAA com agricultores no bairro do Curuçambá, revelando quais as estratégias para a produção e comercialização dos produtos fora do período de safra, como eles se organizam, quais as características das cooperativas e associações e que práticas socioespaciais são utilizadas.

2 DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES

A agricultura familiar vem se afirmando como uma forma de organização de produção e é um importante segmento estratégico para a população residente em espaços rurais e urbano-periféricos, utilizados para a produção e promoção do desenvolvimento socioeconômico. A discussão da agricultura familiar é mais do que uma forma de organização de produção, é um modo de vida, que apresenta questões culturais próprias e valorização do ambiente, que vem ao longo dos anos resistindo ao desenho moderno da agricultura empresarial (PAULA et al., 2013).

Apesar de inúmeras estratégias criadas pelos agricultores para a produção e reprodução, essa categoria convive com as dificuldades de produção e inserção da comercialização dos seus produtos nos mercados locais como supermercados, feiras ao ar livre, restaurantes, entre outros (PAULA et al., 2013), decorrentes, em grande medida, da ausência de assistência técnica rural que os oriente não apenas no que produzir, mas como produzir e para quem produzir.

Nas últimas décadas, observa-se que as políticas públicas vêm permitindo maior interação com os atores sociais e os executores. Nessa perspectiva o Estado precisa apresentar uma ação para atender de forma coletiva à sociedade civil, obtendo, assim, maior eficiência (SILVA, 2012).

A criação de políticas públicas se caracteriza como uma das estratégias de combate a problemas socioeconômicos, espaciais e ambientais nos níveis macro e micro de uma sociedade. Para Souza (2006), as políticas públicas expressam as ações coletivas no espaço e na distribuição de bens e direitos civis, na forma de escolher a melhor maneira de requerer incentivos seletivos, agindo diretamente na vida dos cidadãos.

Inicialmente os programas sociais com segmentos seletivo e distributivo no âmbito da agricultura, nas últimas décadas, foram direcionados para atender e beneficiar os grandes produtores agrícolas, que detinham a produção de monoculturas voltadas à exportação. Essas políticas perderam importância e deram espaço para as “políticas macroeconômicas que, por fim, passou a atribuir novas funções à agricultura e ao meio rural com a preocupação em relação à geração de emprego e preservação ambiental” (POSTALI & CHIES, 2012, pg.1).

Segundo Oliveira (2007, p.21), a agricultura apresentou caminhos distintos, “de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro lado, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas”, voltada à subsistência e à produção no mercado local.

A partir dessa perspectiva, é necessário ressaltar que, mesmo com essa “significativa participação na produção agrícola e, sobretudo na produção de alimentos, os pequenos produtores têm tido dificuldades no acesso ao crédito e aos insumos agrícolas em geral” (POSTALI; CHIES, 2012, p. 4).

Nesse sentido, entende-se que as políticas públicas para o espaço agrário devem primar pela produção agrícola no âmbito familiar. Mas, contraditoriamente, as políticas buscam o desenvolvimento do agronegócio com melhores produções e comercialização, isso se torna evidente ao se perceber as dificuldades para financiamentos pelos pequenos produtores e a falta de acompanhamento técnico aos mesmos.

A produção da agricultura familiar está fortemente caracterizada por riscos e incertezas ambientais, mudanças climáticas, além da incidência de pragas e doenças que prejudicam a produção. No campo da comercialização, aparecem outros riscos decorrentes do processo de concorrência pela instabilidade nos preços recebidos pelo produtor.

Para atenuar as dificuldades, o governo federal passou a entender que esse agricultor familiar é uma peça fundamental para economia do país, pois essa categoria absorve expressiva quantidade de mão de obra, geradora de renda, além de fornecer alimentos (VALNIER; RICCI, 2013).

Essa necessidade de melhorar a qualidade de vida dos agricultores fez com que o governo federal e o estadual fomentassem programas sociais específicos para essa categoria social. Foi a partir da década de 1990 que se iniciou o apoio à produção e comercialização por meio do aporte de crédito no âmbito do Pronaf e à comercialização e inserção no mercado mediante as compras pelo PAA, dando, assim, garantias de renda para esses agricultores, reduzindo a incerteza e insegurança econômica e social.

3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): HISTÓRICO E PERSPECTIVAS COM ÊNFASE NO ESTADO DO PARÁ

O PAA faz parte da estrutura do Programa Fome Zero, criado em julho de 2003 pelo art. 19 da lei nº 10.696. O programa é coordenado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

O objetivo principal do programa é atender ao maior número de beneficiários, no caso os produtores, com ajuda na promoção no mercado sem a preocupação com a comercialização dos alimentos produzidos. Outro agente são os receptores desse alimento (consumidores), principalmente aquela população que não recebe alimentos de forma regular, e que se encontram na situação de insegurança alimentar.

Para a participação no programa, o agricultor precisa ir até a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) local ou Conab para o registro e identificação para o acompanhamento e ajudas técnicas, certificadas pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou ainda pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos (DAPAA).

No ano de 2014, o PAA atuou em 2.729 (48,9%) municípios de um total de 5.570 municípios brasileiros e tem atuado como um mecanismo de sustentação de preços em nível local, produzindo renda e inclusão no mercado da agricultura familiar e promovendo o desenvolvimento local e regional. Os principais atendidos pelo PAA são os consumidores em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidos por programas sociais locais.

Segundo dados do Relatório Administrativo da Conab, em 2014, a empresa possibilitou a comercialização de 178.603 ton. de alimentos produzidos por 51.228 famílias agricultoras, pertencentes aos grupos do PRONAF no Brasil, por intermédio dos seguintes instrumentos de aquisição de alimentos do governo federal: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação) e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPM-Estoque). Foram atendidas 3.968 unidades receptoras (instituições cadastradas) em que 11.460.634 pessoas em estado de insegurança alimentar foram beneficiadas (BRASIL, 2014), assim como grupos indígenas selecionados, acampamentos da reforma agrária, quilombolas e atingidos por barragens (GUARECHI, 2010).

Outros beneficiários do programa são os agricultores familiares, sejam eles individuais, cooperados, associados, assentados da reforma agrária, acampados, agroextrativistas, quilombolas, atingidos por barragens, indígenas, que colocam sua produção agrícola no mercado local e no institucional, amenizando a concorrência no espaço agrícola brasileiro, cuja produção ficará à margem da centralidade do comércio local, sem uma orientação técnica e conhecimento do mercado.

Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil. A criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena pro-

dução familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com isto - e em articulação com outras ações - eleva-se significativamente o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural (CONAB, 2010).

Com a força do agronegócio, o pequeno produtor tem buscado “criar estratégias diversificadas de acesso a mercados e, com isso, promover a inserção econômica da família neles e a democratização desse processo insertivo” (FBB, 2013, p.10).

Os primeiros resultados do programa de iniciou o estudo feito pelo MDS, verificou que os agricultores familiares participantes tiveram melhora na sua renda mensal, com preços superiores comparado aos agricultores não participantes do programa, gerando grande satisfação com os preços estabelecidos com seus produtos (BRASIL, 2007).

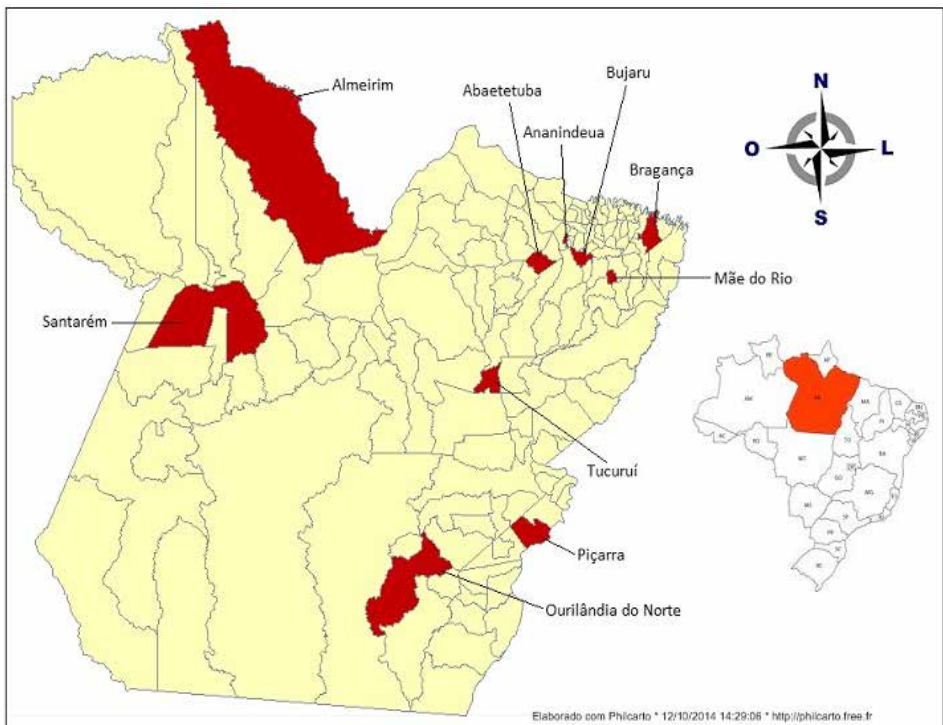
O estudo também mostrou efeitos positivos nas estruturas locais em decorrência da implantação do programa. A participação do PAA nas compras dos produtos diretamente dos agricultores familiares criou mercados até então nunca vistos, alterando as relações existentes entre os produtores e intermediários nas localidades e regiões em que os mercados já estavam estabelecidos (VALNIER; RICCI, 2013, p. 211).

Apesar da positividade e aceitação do programa com os agricultores, há diferenças entre as regiões no Brasil, em que o Sudeste, Sul e Nordeste com 38%, 18% e 24%, respectivamente, aparecem com elevadas respostas ao programa, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste com 11% e 9%, respectivamente, apresentaram pouca adesão ao PAA (CONAB, 2014).

O início das operações de aquisição dos produtos da agricultura familiar pelo PAA na região Norte foi no ano de 2003 nos Estados de Rondônia e Acre. Com intuito de melhorar a divulgação do programa na região Norte, a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS - organizaram oficinas e seminários em Manaus no ano de 2006 com o objetivo de discutir os beneficiários e as características do programa. A oficina contou

com 78 participantes, dos quais 39 foram agricultores, pescadores, lideranças de associações e cooperativas, e representantes de organizações beneficiárias do PAA, procedentes de 16 municípios distribuídos nos Estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima (CONAB, 2006, p. 2).

No Estado do Pará o PAA atendeu, em 2014, a dez municípios cadastrados (Mapa1), nas modalidades compra direta e formação de estoque. Dos participantes do PAA no Estado do Pará existem 234 agricultores familiares, 43 assentados, 29 indígenas e dois agroextrativistas, sendo no total de 308 participantes no ano de 2014 no programa.



Mapa 1. Municípios paraenses participantes no PAA (Conab) em 2014.
Fonte: MDS (Termos de adesão ao programa). Elaboração dos autores. 2014

No Norte o maior número de participantes se deu no Estado do Amazonas com 2.111 beneficiários, em que 1.094 são agricultores familiares. No Estado do

Pará, os municípios que se destacaram foram Santarém e Ananindeua.

Em Santarém o número agricultores participantes do programa foi de 1.769 famílias, cadastradas nas seguintes localidades/bairros: São Cristóvão, Jaderlândia, Caranazal, Cambuquira e Área Verde.

No município de Santarém, o PAA é gerido pela Conab e a Secretaria de Agricultura Municipal é que faz levantamento de safra; estabelece preços de produtos; auxilia na gestão do PAA com as associações e cooperativas; intermedeia a aquisição de produtos; a armazenagem; faz compra direta e distribui para os programas assistenciais na região (KRAG, 2013), além da EMATER que capacita os agricultores com assistência técnica e extensão. Das unidades de consumo interno, o Centro POP Dom Lino Vombommel e a Creche Seara, sendo entregues 42 ton. de alimentos pelos agricultores familiares (SEMTRAS, 2014).

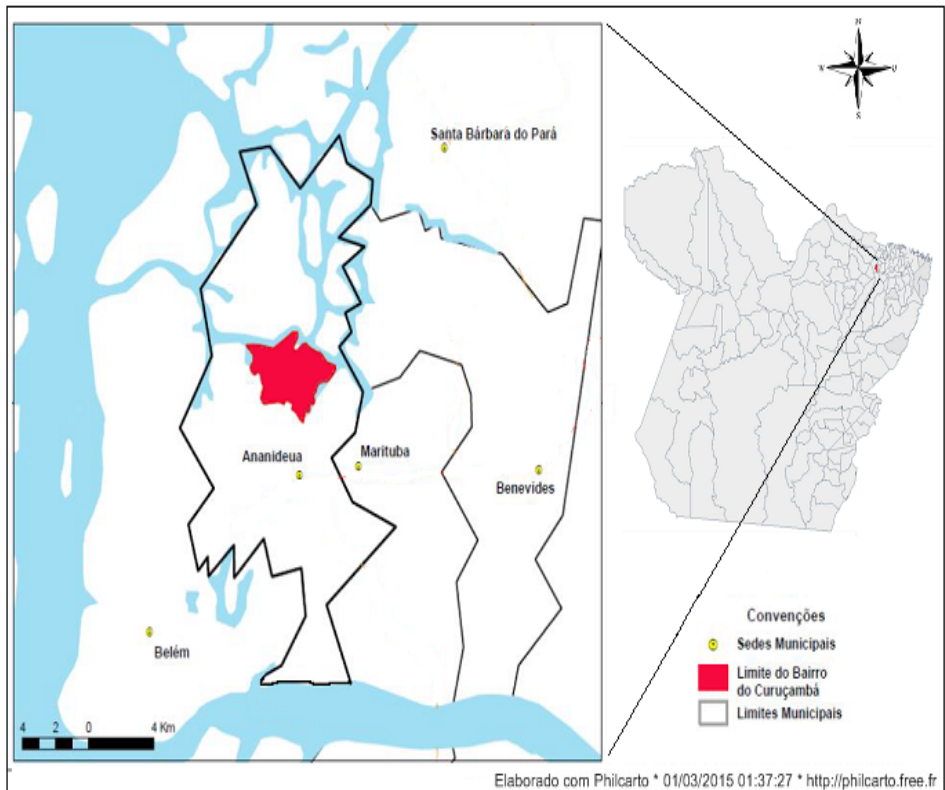
Além de Santarém outro município que está se destacando em relação ao número de participantes do PAA é o município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém (RMB), com desenho de produção individual e organizado em cooperativas, com destaque aos agricultores do bairro do Curuçambá via Cooperativa dos Produtores Gleba Guajará-Pará (COGP), o qual será analisado com maior nível de detalhamento relativo às questões demográficas, de produção e comercialização e nos aspectos de cooperação, reciprocidade e associativismo.

4 A AVALIAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS ADOTADAS NO PAA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, BAIRRO DO CURUÇAMBÁ-PA

O município de Ananindeua localiza-se no nordeste do Estado do Pará e compõe a Região Metropolitana de Belém (RMB), com Belém, Benevides, Santa Bárbara e Santa Izabel, tem o segundo maior contingente populacional do Estado do Pará, com 493.976 habitantes, 99,75% de população urbana e 0,25% de população rural (IDESP, 2013).

O meio biofísico do município apresenta terrenos com relevo de níveis baixos, representados pelas várzeas, terraços em que predominam os baixos platôs. Os solos do município caracterizam-se pela diversidade como destaque para os

concrecionários lateríticos indiscriminados distróficos, textura indiscriminada e o latossolo amarelo distrófico. O clima de Ananindeua é similar ao de Belém, megatérmico, úmido, temperatura elevada em torno de 25°C, pequena amplitude térmica. O regime pluviométrico está em torno de 2.250 a 2.500 mm com chuvas regulares, com maior concentração de janeiro a junho. A umidade relativa do ar fica em torno de 85%. A vegetação é caracterizada pela floresta secundária, em vários estágios, proveniente do desmatamento executado na área para o cultivo de espécies alimentícias de ciclo curto (IDESP, 2013).



Mapa 2. Bairro do Curuçambá no município de Ananindeua.

Fonte: IDESP, 2014. Adaptado pelos autores, 2015.

A agricultura do bairro do Curuçambá é marcada pela combinação de cultivo de hortaliças (alface, cebolinha, cheiro-verde, chicória, couve, jambu e salsa), criação

de pequenos animais (aves e suínos) e pomares de frutas (manga, mamão e laranja). A produção é realizada o ano todo, em um curto espaço e período de tempo, pela grande demanda no abastecimento alimentar da cidade e amplamente utilizada como tempero que compõe a alimentação base dos consumidores. A comercialização desses produtos se dá via venda direta aos consumidores na cooperativa ou em entregas programas (??), ou nas redes de supermercados, feiras-livres do bairro e no principal mercado de Belém, o Ver-o-Peso.



Foto 1. Área de produção de hortaliças na COPG.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

De acordo com Sequeira (2014), foram identificadas 12 iniciativas produtivas que trabalham com a agricultura familiar no município e estão localizadas em três comunidades distintas: bairro do Curuçambá, área Quilombola do Abacatal e na parte insular do município, denominada de região das ilhas. No bairro do Curuçambá há duas organizações: Associação de Produtores Rurais de Ananindeua (APA) e Cooperativa dos Produtores Gleba Guajará-Pará (COPG).

O surgimento da COGP está atrelado à organização dos agricultores que teve seu início no ano de 1979. Inicialmente, os produtores foram organizados em uma caixa agrícola, porém, em 1988, foi fundada a APHA (Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará) e, em 2012, a associação passou à figura

jurídica da cooperativa, o que possibilitou a expansão da produção e diversificou os demandantes da produção, pois tinha como emitir nota fiscal. Com a transformação, surge a cooperativa COPG. A cooperativa traz mais benefícios que uma associação, essa forma de organização gera aumento na margem de comercialização e juntos podem ter apoios sindicais e de programas sociais. A COPG possui alto grau de associativismo e cooperativismo, em que os agricultores familiares dividem e ocupam o espaço rural de produção, assumindo relações de parceria e ajuda mútua para o seu fortalecimento (SILVA, 2012).

A partir da criação da COPG, foi possível a participação dos produtores em programas de segurança alimentar como o PAA a partir de 2013. A cooperativa participa do PNAE que atende aos matriculados no município de Ananindeua no pré-escolar e ensino fundamental da rede estadual de ensino.



Foto 2. Cooperativa dos produtores da gleba Guajará-Pará (COPG).

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A partir do projeto inicial, o PAA passou a funcionar com contratos anuais que envolveram 70 famílias de agricultores que trabalham na COPG, selecionados pela cooperativa para participação dos programas sociais. Cada agricultor vende

sua produção individualmente, mas, se essa produção foi realizada na área da cooperativa, o agricultor é obrigado a deixar 10% do valor da produção à cooperativa, como forma de pagamento pelo uso do solo, dos insumos utilizados e da assistência técnica recebida para produzir.

De acordo com técnico da Semcat (Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho), a comunidade da COPG é a única no município a participar no PAA. A prefeitura faz um edital e chama os agricultores para se cadastrarem no sistema do município, com isso os agricultores beneficiários são os atores principais relacionados à aquisição de alimentos.

Os agricultores possuem a produção normal do dia a dia, que colhem vendem com e com a intenção de beneficiar os agricultores o programa veio com a intenção de comprar o excedente da produção, não a totalidade da produção, assim com a venda da produção em feiras. No PAA o agricultor vende 100% da produção, podendo usar o recurso investindo em novas produções (Entrevista com técnico da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho, 2014).

A partir desse modelo de produção, uma parte dos produtos é consumida pelas famílias, a outra parte é vendida em pequenos e médios comércios varejistas, situados na área urbana da Região Metropolitana de Belém (RMB), e o excedente é comercializado (54%) via PAA sendo na forma individual ou organizada (SEQUEIRA, 2014). Esses alimentos produzidos são recebidos pelas entidades “Arca de Noé” e “APAE de Ananindeua”. O restaurante popular do município recebe essa segurança alimentar na forma de doações.

O programa em Ananindeua é gerido pela Conab com parceria da prefeitura municipal de Ananindeua e da Secretaria de Assistência Social e do Trabalho (Semcat). As categorias de contratos pelo PAA foram as modalidades de compras diretas e compras para a formação de estoque dos produtos, em que cada agricultor recebe um teto anual de R\$ 8.000,00 por produtor e/ou associação e cooperativas. As compras diretas com doação simultânea estão limitadas a R\$ 4.500,00 na forma individual e a R\$ 4.800,00 para associação e cooperativa.

O PAA só compra do agricultor um limite de 8 mil reais, no momento da sobra dos produtos. O PAA fornece uma tabela de preços para

cada produto é nesse caso o agricultor só participa quem concordar com o preço. Na época de safra a Conab compra os produtos num preço excelente. Interarando a cota de 8 mil reais a ajuda de crédito só no próximo ano. O período de safra não dá o ano todo, a maior parte do ano não tem safra, quando chegam julho (férias) e agosto são dois meses que não há mercado para os nossos produtos, assim ficando sem valor. [...] A Conab compra o excedente na época da safra mas fora desse período o credito rural acaba (Presidente da COPG, 2015).

Apesar da ajuda do PAA com os agricultores na COPG, as dificuldades enfrentadas fora do período da safra são grandes. No primeiro semestre do ano os produtores organizam sua produção de hortaliças no período de safra, logo após esse período vêm mudanças na produção que refletem diretamente no mercado. Fora do período de safra, o preço do PAA não é benéfico.

Para vender pra merenda escolar (PNAE) o preço é bom, pois ele consegue cobrir grande parte das nossas despesas. Já no PAA o preço fora da safra não é atrativo. No PAA os agricultores não tem uma participação tão efetiva em comparação com PNAE. Mas aqueles agricultores com maior produção sabem que vai sobrar parte de sua produção, vendem o excedente para o programa. O pequeno agricultor pouco participa porque ele acha que consegue vender no mercado local a totalidade da sua produção (Presidente da COPG, 2015).

Neste relato, evidenciam-se as barreiras de comercialização nos períodos fora de época para o programa, pois os preços são estabelecidos pela Conab o ano todo, e falta a flexibilidade da alteração do valor do produto fora da safra e com isso se desvaloriza o produto do pequeno produtor no mercado e favorece-se o grande produtor que possui um mercado certo e os seus excedentes vão para o programa.

Para os gestores do PAA em Ananindeua, a falta de conhecimento da região prejudica os agricultores, o Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome (MDS), abre o edital de partilha de recursos e coloca critérios e exigências. Por exemplo, para o sul do país não é a mesma para o Norte, uma vez que o nível de documentação exigida difere entre as regiões por conta das características dos produtores familiares e pelo fato de a titulação de terras ser algo mais definido para essas regiões, enquanto na região Norte esse problema persiste e inibe a participação dos produtores familiares.

Outra dificuldade enfrentada pela COPG é quanto ao atraso do pagamento

dos contratos que depende de repasses do governo federal. O tempo gasto nessa espera provoca no produtor contratado pelo programa o desalento em participar pelo fato de não ter acesso aos recursos para realizar os pagamentos pendentes com insumos, transportes e outros bens materiais adquiridos no formato de compra a crédito no mercado local. Há relatos de que o recurso só caiu na conta da cooperativa após quatro meses depois da entrega dos produtos.

Para atenuar essas dificuldades, os agricultores criaram estratégias: sem receber o recurso do PAA, a COPG utilizou mecanismo para manter a produção nesse período. A estratégia implementada foi a de criar e manter novos mercados consumidores que incluem os seguintes pontos de comercialização: a feira do Ver-o-Peso, especificamente (mercado do Jambú); no bairro do entroncamento (todos os produtos); na feira de Ananindeua (todos os produtos) e na feira do bairro Cidade Nova (todos os produtos). A rede de supermercados foi atendida de forma especializada e atendendo aos padrões de exigência da produção, manuseio e acondicionamento dos produtos. O transporte da produção aos locais de comercialização é realizado por veículo alugado.

A venda também é realizada em feiras itinerantes que percorre as áreas centrais dos bairros do Curuçambá e Cidade Nova, o carro é abastecido na cooperativa e sai para a venda. A preferência é por ruas mais movimentadas que concentram maior número de pessoas que possa consumir os produtos.

Alguns desses feirantes em sua rotina diária, pela qual produzem novas estratégias de utilização do tecido urbano. Através dessa modalidade de mercado itinerante é possível perceber variados usos e sentidos dos espaços, construídos a partir das relações desenvolvidas cotidianamente, expressas não apenas por aspectos econômicos, mas simbólico-culturais, percebidos não só na relação feirante/cliente, dos apelos verbais, da conquista, mas também no modo como feirante escolhe e utiliza os mais diversos espaços da cidade (SANTOS, 2014, p.92).

Nos estudos de Santos (2014), esse ir e vir contínuos aumentam a possibilidade da venda dos produtos, o agricultor vê possibilidades de se inserir no mercado, criando estratégias e re(criando) espaços para a comercialização, colocando em movimento diariamente sua produção e criando até um vínculo de sociabilidade com clientes no trânsito da cidade.

A agricultura praticada pela COPG, mesmo em espaços periurbanos, está

de acordo com agricultura de baixo carbono (ABC). No tocante à política ambiental, o Programa de Baixo Carbono tem como meta mudanças climáticas baseadas na redução das emissões e na remoção de gases nocivos atmosféricos do solo e de biomassa, por meio da adoção de sistemas sustentáveis de produção, utilizando solo com pouca degradação, com maior controle sobre o desmatamento (BRASIL, 2012).

Em comparação aos estabelecimentos mais capitalizados, o grande produtor utilizará maior número de insumos e também aumento na mecanização da produção pela alta competitividade no mercado de produtos agrícolas, que refletirá no aumento de emissões de produtos tóxicos e poluentes por uso de fertilizantes químicos, orgânicos e perdas no estoque do solo agrícola e resíduos oriundos da produção animal.

Os agricultores da COPG mantêm sua ação produtiva de forma manual, com pouca utilização de máquinas, nesse sentido o produto agrícola comercializado *in natura* sofre pouco beneficiamento. O preparo do solo antes do plantio com uso de práticas sustentáveis resultará na melhor gestão e desempenho da extração dos recursos naturais, sem agredir o meio ambiente, utilizando uma “agricultura de baixos insumos externos, restringindo-se ao seu uso esporádico de herbicidas para o controle de invasoras nas pastagens e ao uso de medicamentos veterinários” (VEIGA et. al., 2007, p.106).

A implementação de políticas públicas no município, tanto por meio da inclusão de mercado e pela manutenção do meio ambiente de produção, tem contribuído para frear um processo de saída dos agricultores familiares, aumentando a possibilidade de sua reprodução social e produtiva em espaços urbanos, que tenta mostrar (quem tenta?) a importância dessa atividade rural nos sustentos social e econômico para as famílias, além do abastecimento alimentar para a cidade e as formas de geração de renda, enquanto suporte do sustento familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se neste trabalho a operacionalização do PAA em Ananindeua com ênfase no bairro do Curuçambá, na COPG. Ficou evidente a importância que as

políticas públicas assumiram como garantia da manutenção e viabilidade econômica e ambiental dos agricultores familiares, não apenas por meio de acesso a um crédito rural, mas também em termos da garantia de preços e da comercialização da produção, o ponto crucial no retorno do recurso para as famílias.

Os programas sociais devem estimular o acesso dos pequenos produtores a orientações e acompanhamento técnico para a produção, processamento e comercialização dos produtos e acesso ao crédito que tendem a contribuir para a melhoria da produtividade além de uma diversidade produtiva de gêneros alimentícios a fim de atender ao consumo familiar e às necessidades do mercado.

Apesar de avanços nas políticas públicas voltadas aos agricultores nos últimos anos, gerados principalmente pelo Pronaf além dos programas de inclusão de mercado com o PAA e PNAE, necessita-se ainda de melhor integração entre a finalidade fundamental em tornar-se um instrumento de desenvolvimento rural. Como são políticas novas no espaço agrícola brasileiro, estão ganhando formas e delineando e atraindo melhor o agricultor familiar. Há um grande número de famílias de agricultores vivendo fora de ambos os programas citados, tanto na região Norte quanto, e principalmente, no Estado do Pará.

Analisando-se a trajetória do PAA, na comunidade do Curuçambá, observaram-se dois agentes, o primeiro grupo é composto pelos agricultores que organizaram sua produção para fornecer ao programa; e o segundo, composto pelas entidades assistenciais, escolas com as merendas.

O trabalho de campo revelou que a experiência da COPG, em operacionalizar o PAA por intermédio da Conab, sinaliza que os agricultores buscam fornecer os produtos para aumento de sua renda, tendo mais um canal de comercialização, que é o mercado institucional, o programa então demonstra fatores positivos, à medida que incentiva a ampliação de uma capacidade produtiva já existente.

Num segundo momento verificou-se que os agricultores familiares criaram e re(criaram) estratégias de comercialização da sua produção, aumentando seu rendimento em níveis de renda e ampliação na conquista de novos mercados. Os agricultores do Curuçambá utilizam dois tipos de feiras, a feira fixa no espaço, como é no caso da feira do Ver-o-Peso, a mais importante da região metropolitana, e a feira itinerante que proporciona ganhos no acesso a novos mercados e socialização com

novos clientes.

Como todo programa social, há falhas no gerenciamento regional e nacional do PAA, que se refere ao conhecimento de lugares onde a política será beneficiada, pois cada lugar possui sua particularidade e especificidade, os programas precisam entender “de dentro” para mandar “de fora” os recursos, as assistências técnicas, entre outros benefícios que o programa fornecer.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano setorial de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para a consolidação de uma economia de baixa emissão de carbono na agricultura: plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)**. Brasília: MAPA/ACS, 2012. 173 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. CONAB. **Oficina de Documentação Participativa do PAA**: Região Norte/Amazônia Oriental. Relatório Manaus, 27 a 29 de Junho de 2006. Promoção: CONAB/MAPA, 2006.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. CONAB. **Agricultura familiar**: Programa de Aquisição de alimentos. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 09 out. 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: Resultados das Ações da CONAB em 2014. [s.l.]: Caderno CONAB, 2014.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. FBB. **Estratégias de Acesso a Mercados para Agricultura Familiar**: Cartilha. Brasília: FBB, 2013.

GUARESCHI, A. **A Operacionalização da política de segurança alimentar**: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, Rs. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. IDESP. **Caderno Estatístico Ananindeua**. Belém: IDESP, 2013.

KRAG, M. Programas de fortalecimento à agricultura familiar PAA, PNAE, DAP, PDA e PRA. 2013. Pesquisa Documental: UFRA- Belém-PA, 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dg/gesp>. Acesso em: 18 out. 2013.

PAULA, M.; KAMIMURA, Q.; SILVA, J. Mercados institucionais na agricultura familiar dificuldades e desafios. **Revista de política agrícola**, v. 23, n. 1, jan./mar. 2014.

POSTALI, V. B.; CHIES, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar: novas perspectivas e impactos nos municípios periféricos**. 2012. Disponível em: <<http://eng2012.agb.org.br/lista-de-artigos?download=54:politicass-pubblicas-para-a-agricultura-familiar-novas-perspectivas-e-impactos-nos-municipios-perifericos&start=2480>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SANTOS, G. V. Ir e vir contínuo: usos e sentidos do espaço urbano entre feirantes em Belém. In: RODRIGUES, C.; SILVA, L.; FERREIRA, R. F. (Org.). **Mercados populares em Belém: produção de sociabilidade e identidades em espaços urbanos**. Belém: NAEA, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. SEMTRAS. **Mais de 1.500 famílias são beneficiadas com distribuição de alimentos através do PAA**. Disponível em: <www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=55&fa=1&cd=8459>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEQUEIRA, G. R. **Agricultura urbana e periurbana no Curuçambá em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém: perspectivas e desafios**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2014.

SILVA, P. O. da. **A reprodução da agricultura familiar na região metropolitana de Belém no início do século XXI**: um estudo acerca dos agricultores dos bairros de Almir Gabriel e Uriboca no município de Marituba (PA). 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA, C. políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez. 2006.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 198-228, ago. 2013.

VEIGA, I.; OLIVEIRA, M.; BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no sul e sudeste do Pará. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar**: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

Recebido em: 31 de março de 2015

Aceito em: 02 de junho de 2016